

O FEMINISMO NEGRO NA ERA DOS ATIVISMOS DIGITAIS

BLACK FEMINISM IN THE AGE OF DIGITAL ACTIVISM

Dulcilei da Conceição Lima*

A internet é o espaço que as mulheres
negras encontraram para existir, já que a
mídia hegemônica nos ignora.

(Djamila Ribeiro).

Resumo: Um conjunto de fatores como a expansão e popularização do feminismo, a ampliação da inserção de estudantes negros no ensino superior, bem como o desenvolvimento e expansão da Web 2.0 com as ferramentas de produção descentralizada de conteúdo através de blogs e redes sociais como o Facebook e o Twitter abriu caminho para que mulheres negras feministas rompessem a ausência de representações positivas de negros e negras na mídia que impactam negativamente as subjetividades e autoestima da população negra através da produção de textos, imagens e tutoriais que valorizam as trajetórias, conhecimentos e estética da população negra. Os feminismos em atuação na web, em particular o feminismo negro, vêm buscando não apenas um espaço de compartilhamento e troca, mas principalmente formas de participação e intervenção nas agendas políticas da sociedade, espaço de participação e visibilidade que grupos minoritários frequentemente não encontram na grande mídia. As mídias digitais possibilitaram ao feminismo ampliar seu alcance, apresentação e público que pode acessar discussões que, na era pré-internet, estavam limitadas a nichos específicos.

Palavras-chave: Feminismo negro. Mulheres negras. Internet. Interseccionalidade.

Abstract: A set of factors such as the expansion and popularization of feminism, the expansion of the insertion of black students in higher education, as well as the development and expansion of Web 2.0 with the tools of decentralized production of content through blogs and social networks, e.g. Facebook and Twitter, paved the way for black feminist women to break the absence of positive representations of black men and women in the media that negatively impact subjectivity and self-esteem of the black population through the production of texts, images and tutorials that value the black population's trajectories, knowledge and aesthetics. Feminism on the Web, particularly black feminism, has been seeking not only a space of sharing and

* Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais na UFABC. Mestra em Educação, Arte e História da Cultura pela UPM. Bacharel em História pela USP. Pesquisadora em Ciências Sociais e Humanas no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP. E-mail: d.lima@ufabc.edu.br.

exchange, but mainly forms of participation and intervention in the political agendas of society, space of participation and visibility that minority groups often do not find in the mainstream media. Digital media enabled feminism to broaden its reach, presentation and audience that can access discussions that, in the pre-Internet era, were limited to specific places.

Keywords: Black feminism. Black women. Internet. Intersectionality.

1 Introdução

Ao longo da década de 1990, os feminismos latino-americanos expandiram seu campo de ação abarcando novas arenas culturais, sociais e políticas. Os movimentos se transversalizaram e se estenderam em direção a diferentes esferas, atingindo uma ampla diversidade de classes e movimentos sociais. Organizações de mulheres negras, indígenas e rurais cresceram consideravelmente ampliando os parâmetros da agenda do movimento. Essa disseminação das concepções feministas tem produzido resultados positivos em políticas públicas e aos poucos se inserido no imaginário e cultura popular, gerando, ao mesmo tempo, uma diluição das resistências ideológicas em relação ao feminismo por determinados setores mais progressistas da sociedade brasileira e, por outro lado, alavancando uma forte reação de setores mais conservadores (MATOS, 2010).

Nesse contexto temos o feminismo negro, movimento de mulheres atuantes tanto na esfera da discussão de gênero quanto na luta antirracista, definido por Ana Sebastião (2010, p. 66) como “movimento político, intelectual e de construção teórica de mulheres negras comprometido com a mudança social e atuante num campo ideológico no qual estão inseridas”. Segundo Sueli Carneiro (2003, p. 118), fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra,

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminismo construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais.

Surgido no final dos anos 1970, o feminismo negro se insere no processo de abertura política que permitiu a reorganização de movimentos sociais como o sindicalista, o estudantil, o movimento negro e feminista, ganhando efetivamente projeção nacional e identidade própria apenas em 1986 (LIMA, 2011; RIOS, 2017). Encontros, marchas feministas e protestos antirracistas ofereceram

[...] as oportunidades políticas e culturais propícias para o aumento das organizações de mulheres negras no país. Mais do que o crescimento em termos numéricos, a presença de coletivos feministas negros em outros estados, especialmente nos do Norte e Nordeste, marca também a expansão do ativismo (RIOS, 2017, p. 239).

A inserção de mulheres negras nas universidades também colaborou para o nascimento do feminismo negro, uma vez que tais espaços propiciavam tanto as reflexões quanto o engajamento

em atividades políticas. Nos espaços acadêmicos se destacavam nomes como os de Matilde Ribeiro, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Thereza Santos e Edna Rolland (RIOS, 2017; BRAZIL; SCHUMAHER, 2007).

Concomitantemente, surgia, na cidade de São Paulo, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), uma iniciativa de militantes de São Paulo e do Rio de Janeiro como protesto contra a discriminação sofrida por quatro atletas negros no Clube Regatas Tietê e contra a tortura e assassinato de Robson Silveira da Luz, taxista negro, ocorrida em 1978 numa delegacia de Guaianazes, na cidade de São Paulo (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Ativistas negras como Lélia Gonzalez e Neusa Maria Pereira compuseram o grupo fundador do MNU. Diferentemente de outros momentos do movimento negro brasileiro, o MNU nasceu já com pautas sobre as mulheres inseridas em seu projeto inaugural. Dessa forma, questões de interesse da mulher negra tais como planejamento familiar, denúncia à violência contra a mulher, melhoria de condições e oportunidades de trabalho compunham a agenda de discussões do Movimento Negro Unificado (DOMINGUES, 2009).

A postura engajada nas questões de gênero adotada pelas militantes do MNU, considerada por Moreira (2007, p. 75) como uma “tomada radical de consciência de sua subjetividade feminina negra”, resultou no reconhecimento de seus pares masculinos da necessidade de ações específicas voltadas para as mulheres. Nesse sentido, o Movimento Negro Unificado se propôs a denunciar a discriminação e desigualdades que afetavam as mulheres negras, intervindo junto a organismos reguladores do trabalho e da saúde pública. Em junho de 1979, em comunhão com entidades feministas, o MNU organizou outra manifestação também no Teatro Municipal de São Paulo seguida de uma passeata, dessa vez para denunciar a discriminação contra as mulheres negras, homossexuais e prostitutas (LIMA, 2011).

Apesar do reconhecimento quanto às especificidades da condição feminina negra, foi fundamental a organização de grupos de reflexão capitaneados pelas mulheres que discutissem tais questões, de modo a esclarecer aos homens do movimento a reprodução de mecanismos de desigualdade e discriminação de gênero presentes no grupo. Hanchard (2001) afirma que, embora apregoassem a igualdade de gênero, os homens do movimento negro esperavam que as ativistas do sexo feminino se ocupassem das tarefas domésticas (como donas de casa tradicionais), enquanto eles se envolviam efetivamente nas atividades políticas do grupo.

As ações internas promovidas pelas mulheres do MNU visaram a ampliar sua visibilidade e tirá-las da situação de coadjuvantes que haviam ocupado até então dentro das organizações de luta contra discriminação. Embora a presença feminina já fosse significativa nas organizações negras desde o início do século XX, persistia o pressuposto de que às mulheres cabia o papel de futuras esposas e mães, razões pelas quais, era vetada a elas, por exemplo, a ocupação de cargos de liderança dentro das organizações (DOMINGUES, 2009).

Apesar da ampliação das questões de gênero nas pautas do movimento negro, persistia a concepção de que a discriminação racial não distinguia gênero. Nesse aspecto, o feminismo negro foi fundamental ao trazer para o centro das discussões o sexismo como fator qualificador do racismo. Inicialmente, essas ativistas foram acusadas de desviar o foco da luta antirracista,

causando fissuras nas organizações ao colocar hipoteticamente homens e mulheres em posições opostas (DOMINGUES, 2009).

Gradativamente as mulheres ampliaram sua participação dentro das associações negras, passando a ocupar cargos de liderança e protagonizando discussões que entrecruzavam as questões raciais e de gênero, conquistando, dessa forma, o reconhecimento das especificidades da condição feminina negra, conseguindo colocar em pauta assuntos como planejamento familiar, aborto e violência contra a mulher. De acordo com Petrônio Domingues (2009, p. 46),

Na medida em que se inscreveram, no panorama político, as contradições de raça e gênero, as mulheres negras catalisaram as bandeiras de insurgência edificadas historicamente pelos movimentos negros e das mulheres no Brasil, enegrecendo, de um lado, as reivindicações das mulheres e, por outro, impulsionando a feminização das propostas e aspirações do Movimento Negro.

As discussões acerca do papel da mulher e de sua participação dentro das organizações se acirravam. Embora reconhecessem a discriminação contra as mulheres, os ativistas do sexo masculino não aceitavam a ideia de que eles próprios seriam agentes de tal opressão. Os desentendimentos entre as partes geraram situações como boicotes às reuniões feministas. Segundo Barreto, o ambiente hostil levou as mulheres a se questionarem se “deveriam permanecer no movimento ou estar fora” (BARRETO, 2005, p. 55-56).

Muitas dessas mulheres, como Lélia Gonzalez, atuavam também em organizações do movimento feminista para onde levaram o debate racial e a necessidade urgente de discutir a condição das mulheres negras. Lélia Gonzalez foi uma das principais responsáveis por introduzir as discussões de gênero no movimento negro e raciais no movimento feminista (BRAZIL; SCHUMAHER, 2007).

A inserção de mulheres negras em órgãos como o Conselho da Condição Feminina (São Paulo) e o Conselho Nacional da Mulher (DF), que teve em seus quadros ativistas como Lélia Gonzalez, Benedita da Silva, Sueli Carneiro e Thereza Santos, colaborou para a disseminação das “propostas do movimento de mulheres negras” e permitiu a “elaboração de indicadores de desigualdades educacionais, no mercado de trabalho e nos rendimentos” (RIOS, 2017, p. 240-241) que traduziram em números a realidade profundamente desigual de mulheres negras em comparação com as brancas.

Inseridas em espaços feministas no contexto da década internacional da mulher, promovida pela ONU entre 1975 e 1985, as ativistas negras expandiram seu campo de ação abrangendo as conferências internacionais, o que permitiu a formação de alianças com feministas de várias partes do globo (RIOS, 2017; BRAZIL; SCHUMAHER, 2007).

Simultaneamente, as mulheres negras estadunidenses começaram a desenvolver análises críticas sobre o feminismo, bem como em relação ao movimento pelos direitos civis e o movimento Black Power. Tais críticas focalizavam a inabilidade desses movimentos em tratar as questões das mulheres negras. Nesse momento, essas ativistas recuperaram críticas feitas por mulheres negras do século XIX, como Sojourner Truth, Mary W. Stewart, Anna Julia Cooper e Ida B. Wells-

Barnett, mulheres que já discutiam as peculiaridades da condição feminina negra (CALDWELL, 2010).

Segundo Garcia (2011), a década de 1980 marca uma grande mudança no movimento feminista internacional. Surgem novas formas de organização política, o movimento adquire maior visibilidade, as pautas feministas alcançam o espaço acadêmico onde se multiplicam as disciplinas, centros de pesquisa e estudos sobre as questões de gênero e das mulheres. As críticas desenvolvidas pelas feministas negras estadunidenses, por exemplo, deram origem, nos anos 1980, aos Black Women's Studies (CALDWELL, 2010).

O feminismo dos anos 80 se centra no tema da diversidade entre as mulheres. Esse feminismo se caracteriza por criticar o uso monolítico da categoria mulher e se centra nas implicações práticas e teóricas da diversidade de situações em que vivem as mulheres. Essa diversidade afeta as variáveis que interatuam com a de gênero, tais como país, etnia e preferência sexual. Apesar dos diferentes rumos que foi tomando, a maior força do feminismo e de sua longa história nasce, em primeiro lugar, por ser uma teoria sobre justiça, legítima e em segundo por ser uma teoria crítica: o feminismo politiza tudo o que toca. (GARCIA, 2011, p. 94).

A anistia trouxe de volta ao Brasil mulheres que durante o exílio estiveram em contato com movimentos feministas estrangeiros. Ao aportar no País, essas mulheres compartilharam com as companheiras de ativismo perspectivas novas que diversificaram visões e práticas das feministas brasileiras.

Assim, temas como aborto, contracepção e seus direitos, bem como prazer – que antes eram da seara do privado e, por conseguinte, não abordados publicamente – tornaram lugar de referência na sociedade. Todos incentivados a partir de uma nova visão apresentada notadamente pelo feminismo internacional. (PEREIRA; SILVA, 2014, p. 18).

A questão racial, no entanto, ainda não encontrava lugar central nessa nova agenda feminista brasileira e conseqüentemente a relação entre feministas brancas e negras era constantemente permeada por conflitos. De acordo com Moreira (2007), o movimento feminista do Brasil era composto basicamente por mulheres intelectualizadas e de classe média, que pregavam o pressuposto de igualdade universal entre mulheres. A aproximação com ativistas de grupos sociais distintos (entre as décadas de 1970 e 1980) não só propagou os ideais feministas dentro desses grupos, como levou para dentro do feminismo o questionamento acerca da perspectiva monolítica da categoria mulher. A esse respeito Sueli Carneiro faz a seguinte observação:

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de

gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (CARNEIRO, 2003b, p. 119).

As ativistas negras denunciavam o fato de que o movimento feminista não havia superado o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento, de modo que não entendiam a necessidade de uma discussão racial (BARRETO, 2005).

As feministas negras argumentavam que problemas enfrentados, de modo geral, pelas mulheres – como a dificuldade de acesso à educação, ao mercado de trabalho e a desigualdade salarial – eram acentuados pela discriminação racial. Por conta disso, as conquistas das feministas, nesses setores, não teriam sido sentidas da mesma maneira pelas mulheres negras:

Nesse sentido, é mister apontar que os ganhos obtidos pela luta feminista no mercado de trabalho. Malgrado (sic) se constituírem em grandes avanços, não conseguiram dirimir as desigualdades raciais que obstaculizam maiores avanços para as mulheres negras nessa esfera. Sendo assim, as propostas universalistas da luta das mulheres não só mostram a sua fragilidade, como a impossibilidade de as reivindicações que daí advêm, tornarem-se viáveis para enfrentar as especificidades do racismo brasileiro (CARNEIRO, 2003b, p. 120-121).

As mulheres negras também acusavam o feminismo tradicional de banalizar suas demandas, que em muitos casos estavam ligadas a aspectos da vida cotidiana como as reivindicações por creches para as mães trabalhadoras: “Quando nós reivindicávamos creche, o movimento feminista falava: ‘isso não é feminismo; por que mulher tem que estar ligada à criança?’ Claro, as crianças delas têm babá!” (MOREIRA, 2007, p. 62).

Outra questão que apresentava notáveis divergências entre ativistas negras e brancas era o tratamento conferido ao corpo e à sexualidade. No período em que as discussões sobre o pertencimento ao corpo ganhavam centralidade no movimento feminista (o direito ao prazer, ao controle de natalidade, ao aborto), as negras preocupavam-se com as necessidades básicas de seus corpos como a garantia de alimentação e tratamento de saúde, com as marcas discriminatórias como aquelas oriundas do racismo e estereótipos (BRAZIL; SCHUMAHER, 2007).

Segundo Moreira (2007, p. 16), a “mulher negra não ocupa um lugar positivo no imaginário brasileiro”, esse imaginário incide sobre seus corpos e acarreta prejuízos materiais e simbólicos. Situação exemplar eram os obstáculos enfrentados no acesso ao mercado de trabalho, além das dificuldades acarretadas pela baixa escolarização, as mulheres negras também se deparavam com a exigência de “boa aparência” nos classificados de ofertas de emprego, corruptela para escamotear o racismo por trás da prática de preterir mulheres negras para postos de trabalho mais valorizados¹ (GONZALEZ, 2017).

Em síntese, o quesito “boa aparência”, um eufemismo sistematicamente denunciado pelas mulheres negras como uma forma sutil de barrar as

¹ De acordo com Damasceno (2013), predominou nos anúncios de jornais de 1930, 1940 até meados de 1950 a condição racial dos candidatos como pré-requisito nas ofertas de emprego. A partir dos anos 1950, ocorre o deslizamento do enunciado racializado para um menos explícito, mas que trazia em si o mesmo recorte racial, porém sob a rubrica de “boa aparência”.

aspirações dos negros, em geral, e das mulheres negras, em particular, revelava em números, no mercado de trabalho, todo o seu potencial discricionário. (CARNEIRO, 2003b, p. 121)

Moreira (2007, p. 19) retoma Gilberto Freyre ao afirmar que à mulher negra estaria reservado o papel de trabalhadora braçal, enquanto à mulata caberia o papel de “um ser-corpo sexualizado pronto para satisfazer os desejos sexuais de outros”. Desse modo, a autora considera que, embora tanto mulatas quanto negras sejam estereotipadas, a mulata de certa forma corresponde a um ideal de mestiçagem presente no imaginário da sociedade brasileira, enquanto nesse mesmo imaginário o “papel social dado à mulher negra, que não se encaixa no padrão da mulata, está restrito à servidão, isto é, são essas mulheres que serão classificadas como a grande “mãe preta”, aquela que a todos acolhe [...]” (MOREIRA, 2007, p. 21).

O direito a uma imagem positiva tem sido uma das linhas de batalha do feminismo negro desde seu início. Sueli Carneiro (2003) trata a imagem ou representação estereotipada como uma forma de violência comparada à doméstica e sexual. A autora afirma que tal violência causa prejuízos à autoestima, dificulta o acesso ao trabalho, cerceia as possibilidades de encontro no mercado afetivo e cria barreiras para o desenvolvimento da sexualidade pelo peso dos estigmas. As mulheres negras lutam contra o que Fraser (2006) nomeia como injustiça cultural e simbólica. São exemplos desse tipo de injustiça

[...] a dominação cultural (ser submetido a padrões de interpretação e comunicação associados a outra cultura, alheios e/ou hostis à sua própria); o ocultamento (tornar-se invisível por efeito das práticas comunicativas, interpretativas e representacionais autorizadas da própria cultura); e o desrespeito (ser difamado ou desqualificado rotineiramente nas representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana) (FRASER, 2006, p. 232).

Os meios de comunicação, como perpetuadores de estereótipos na representação feminina negra, tornaram-se pauta de discussões e local privilegiado de ações por parte das ativistas negras:

Se partirmos do entendimento de que os meios de comunicação não apenas repassam as representações sociais sedimentadas no imaginário social, mas também se instituem como agentes que operam, constroem e reconstruem no interior da sua lógica de produção os sistemas de representação, levamos em conta que eles ocupam posição central na cristalização de imagens e sentidos sobre a mulher negra. Muito tem se falado a respeito das implicações dessas imagens e dos mecanismos capazes de promover deslocamentos para a afirmação positiva desse segmento. A presença minoritária de mulheres negras nas mídias, bem como a fixação dessa presença em categorias específicas (a mulata, a empregada doméstica) foi um dos assuntos mais explorados nesse aspecto (CARNEIRO, 2003b, 125).

Outros fatores, além dos já expostos, desencadeavam atritos entre feministas brancas e negras como a afirmação feita pelas negras de que a emancipação social e econômica obtida pelas mulheres brancas no Brasil se devia à exploração do trabalho doméstico exercido por mulheres negras.

As negras, como assinalaram diversas afro-brasileiras entrevistadas, têm sido as pessoas que cuidam das famílias brancas. Essa vantagem estrutural na relação entre negras e brancas permitiu que estas últimas adquirissem instrução e buscassem oportunidades de carreira, o que de outro modo não teriam conseguido fazer, no contexto de uma relação heterossexual convencional, em que se espera que as mulheres cuidem da casa e da família. (HANCHARD, 2001, p. 155).

Tais posicionamentos legaram às feministas negras a imagem de mulheres agressivas e criadoras de caso (BARRETO, 2005). Ao descrever um encontro feminista realizado no Rio de Janeiro em meados dos anos 1980, Lélia Gonzalez (2016, p. 410-411) faz um breve relato sobre a recepção de discussões propostas por mulheres negras:

[...] nossa participação causou reações contraditórias. Até aquele momento, tínhamos observado uma sucessão de falas acentuadamente de esquerda, que colocavam uma série de exigências quanto à luta contra a exploração da mulher, do operariado etc. A unanimidade das participantes quanto a essas denúncias era absoluta. Mas no momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras; todavia, as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria). Toda a celeuma causada por nosso posicionamento significou, para nós, a caracterização de um duplo sintoma: de um lado, o atraso político (principalmente dos grupos que se consideravam mais progressistas) e do outro, a grande necessidade de denegar o racismo para ocultar uma outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca.

Núbia Moreira (2007) está de acordo com a afirmação feita pelas ativistas negras de que o feminismo tradicional não compreendia suas demandas, contudo acredita que as feministas negras, em determinadas circunstâncias, também não compreendiam algumas das propostas do feminismo. Entretanto, a autora considera que esse cenário ficou restrito à década de 1980. A partir dos anos 1990, o feminismo *mainstream*, sob o impacto da atuação das feministas negras, teria incorporado à sua agenda a questão racial, reconhecendo o racismo estrutural como elemento essencial para compreensão da realidade da mulher negra brasileira e a impossibilidade de pensar os direitos dessas mulheres distante da luta por igualdade racial.

Compreendendo as limitações de mobilização dentro das organizações feministas e negras tradicionais e diante da urgência em pautar os prejuízos decorrentes do entrecruzamento entre racismo e sexismo, as feministas negras decidiram organizar grupos independentes, nos quais poderiam protagonizar a luta antirracista associada à de gênero. Nasceram, dessa maneira,

os Coletivos de Mulheres Negras. Os primeiros grupos surgiram no Rio de Janeiro e em São Paulo (ver Tabela 1). Raquel Barreto (2005, p. 27-28) define os coletivos da seguinte maneira:

O coletivo se estruturava com um trabalho político baseado nos campos de atuação das suas militantes, as quais eram ligadas às associações de moradores, um movimento com muita expressão na época. Atuavam lá as que estavam ligadas a outros campos, e atuavam em outros espaços. As atividades eram definidas como frente de trabalho, onde cada um se desenvolvia onde se sentia mais preparado e livre.

Coincidindo com as mudanças no feminismo internacional, a ascensão do feminismo negro estadunidense e com o processo de redemocratização no Brasil, certas de que “a reconstrução da democracia do país passava pelo enfrentamento das desigualdades de raça e gênero” (MACIEL; RIOS, 2018, s/p.), as feministas negras se organizaram em inúmeras associações que eclodiram pelo país a partir dos anos 1980. Através desses coletivos, as ativistas negras buscaram estabelecer “alianças políticas com os movimentos sociais feministas, negros, sindicais e até organizações partidárias” (MACIEL; RIOS, 2018, s/p.). As mulheres negras desenvolveram linhas de atuação através de fóruns, conferências, encontros, boletins, revistas, jornais e mais recentemente em *sites*, *blogs* e redes sociais na internet (BARRETO, 2005).

Nesse mesmo período, o feminismo negro brasileiro continuou avançando por todo o país com novos coletivos surgindo em várias regiões. De acordo com Rios (2017), os movimentos sociais, de modo geral, passaram por um processo de grande institucionalização. Os coletivos negros não foram exceção nesse contexto. Muitos dos coletivos se tornaram ONGs e apoiaram suas ações na ajuda financeira de entidades privadas, especialmente as estrangeiras. Os anos 2000 (gestões petistas) trariam uma alteração nesse quadro. Os movimentos sociais se moveram em direção ao Estado e ali se fixaram (RIOS, 2017).

O ponto alto desse momento foi a articulação das mulheres negras para participar da III Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, Intolerância e Intolerâncias correlatas que se realizaria em Durban (África do Sul) no ano de 2001. Se valendo da ramificação dos coletivos feministas negros país a fora, reuniões preparatórias e debates foram realizados em todo o território brasileiro. A Conferência de Durban marcou a “maturidade e a força do movimento de mulheres negras brasileiras no âmbito internacional” (RIOS, 2017; BRAZIL; SCHUMAHER, 2007, p. 374).

Como resultado da Conferência, a feminista negra Edna Rolland tornou-se a primeira brasileira a ocupar o cargo de relatora da ONU, permitindo assim o “estreitamento das relações políticas entre atores da sociedade civil e agentes do governo brasileiro” (RIOS, 2017, p. 244). Tal aproximação contribuiu para a criação de políticas públicas mais assertivas no âmbito das questões étnico-raciais como as políticas de ação afirmativa, a Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica, entre outras. Nesse mesmo contexto, foi criada a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) que viria a ser presidida (em diferentes gestões) pelas feministas negras Matilde Ribeiro, Luiza Bairros e Nilma Lino Gomes (RIOS, 2017; COSTA, 2017).

A partir das atividades preparatórias para Durban e como consequência da Conferência, em setembro de 2002, surgiu a Articulação das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB que promoveu, em novembro de 2015, a I Marcha Nacional das Mulheres Negras.²

A articulação para a Conferência de Durban já contou com as mídias digitais, especialmente a troca de *e-mails* para agilizar as trocas de informações entre ativistas em pontos distantes do território nacional e promover os eventos preparatórios que elencaram as principais demandas que seriam abordadas na África do Sul (RIOS, 2017).

2 Feminismo e ativismos digitais

No contexto de disseminação do feminismo, vemos ampliar-se o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como ferramentas estratégicas e fundamentais para atuação dos feminismos contemporâneos – ou novos feminismos –, marcados pela horizontalidade dos discursos, práticas plurais e heterogêneas, articulação com setores diversos da sociedade civil e o uso das TICs (GARCIA, 2015b).

A Web 2.0 facilitou a criação e consolidação de redes entre coletivos e organizações feministas, permitiu o surgimento de novos grupos (como os que estão em atuação no ambiente virtual através do Twitter, Facebook, Youtube, mas também por meio de blogs como Blogueiras Feministas, Blogueiras Negras, Transfeminismo, Que nega é essa?, Não me Kahlo, Escreva Lola Escreva e outros), bem como colaborou com o desenvolvimento de novas estratégias e áreas de atuação, impulsionando o processo de popularização dos feminismos iniciado nos anos 1990. Hoje, em uma rápida navegação na web, é possível encontrar um grande número de mulheres cis e trans (seja em ação individual ou coletiva) produzindo reflexões, promovendo debates, desenvolvendo textos, imagens, sons e campanhas de conteúdo feminista em suas várias vertentes (FERREIRA, 2015; NATANSOHN, 2013).

Sob o desígnio de ciberfeminismo, os primeiros coletivos feministas a atuar em ambiente virtual mobilizaram um conjunto de estratégias que articulava estética, política e comunicação utilizando a tecnologia digital e a internet como ferramentas para emancipação e empoderamento das mulheres (FERREIRA, 2015; LEMOS, 2009; NATANSOHN, 2013). Conforme Graciela Natansohn (2013, p. 23-24),

Nos anos 90, consciente dos limites, mas também das imensas potencialidades das redes digitais, suas contradições e complexidade e de sua natureza mais política que técnica, os movimentos das mulheres e diversos grupos feministas se lançam na disputa política na área tecnológica com

² Em 25 de julho de 2014, Dia da Mulher Negra, Latina e Caribenha, o Comitê organizador da Marcha das Mulheres Negras publicou um manifesto com suas principais reivindicações. Alguns dos principais pontos se referiam ao fim do feminicídio (que atinge mais as mulheres negras), bem como a investigação e punição dos responsáveis por essas mortes e pelos casos não letais de violência doméstica. Exigiu-se o fim da violência simbólica que resulta do racismo e sexismo veiculados pelos meios de comunicação. Foram destacadas, ainda, as práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho, as violências cometidas contra mulheres encarceradas e durante as revistas em presídios, reivindicou-se o acesso à saúde de qualidade e a penalização da discriminação no atendimento dos serviços públicos. A regulamentação das terras quilombolas, a intolerância religiosa e o acesso efetivo à vida pública também foram pontos valorizados no manifesto (MANIFESTO Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o racismo e a violência e pelo Bem Viver, 2014).

maior ou menor êxito. O movimento das mulheres começou a dar atenção às questões das TIC's há pouco mais que 20 anos. [...] marco inicial da reivindicação da comunicação como direito humano básico foi a Conferência da Mulher, em Beijing (em 1995), quando foi incluído nas conclusões finais o ponto J, que destaca a importância da comunicação para o empoderamento das mulheres e o uso estratégico das tecnologias [...]. Em Beijing, se percebeu a necessidade de desenvolver políticas e programas para que as mulheres, especialmente as mais jovens, se constituam como um grupo com real potencial de conectividade às, naquela época, novas tecnologias (MELO, 2000). Aconselhavam o apoio a estudos e análises das estratégias usadas pelas mulheres para aumentar o acesso às TIC's, observando o impacto na inserção destas na educação e no trabalho. Passadas duas décadas, o movimento das mulheres e as feministas só agora parecem estar prestando atenção ao tema. Não é apenas um problema de competências tecnológicas o que está em jogo numa política feminista para as TIC's, mas sim, de entender o alcance político e social da cultura digital e do entorno tecnológico como forma de vida contemporânea, como o ambiente onde se desenvolve a nossa vida e nossas lutas.

A associação entre teorias, práticas políticas e cultura digital abriu espaço para discussões sobre a relação entre mulheres e as tecnologias de informação e comunicação que associadas com outros marcadores, como geração, apontam para as múltiplas possibilidades oferecidas pelas TICs como campo privilegiado para atuação dos feminismos (FERREIRA, 2015; NATANSOHN, 2013).

O *blog* foi inicialmente a principal ferramenta de discussão utilizada pelos feminismos em atuação na *web*. Isso se deveu à facilidade de manuseio da ferramenta. Segundo Amaral, Recuero e Montardo (2009, p. 28),

Foi [...] o surgimento das ferramentas de publicação que alavancou os weblogs. Em 1999, a Pitas lançou a primeira ferramenta de manutenção de sites via web, seguida, no mesmo ano, pela Pyra, que lançou o Blogger. Esses sistemas proporcionaram uma maior facilidade na publicação e manutenção dos sites, que não mais exigiam o conhecimento da linguagem HTML e, por isso, passaram a ser rapidamente adotados e apropriados para os mais diversos usos. Além disso, a posterior agregação da ferramenta de comentários aos blogs também foi fundamental para a popularização do sistema.

Os *blogs* surgem no fenômeno da Web 2.0, segunda geração de serviços on-line que ampliam as possibilidades de interação, e têm como “principais objetivos potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações” (PRIMO, 2008, p. 63). As práticas cooperativas e a interação mútua ocupam, portanto, o eixo central da Web 2.0. Essa configuração permite que pequenas redes de amigos ou alguns nichos com interesses específicos se interconectem gerando “significativos efeitos em rede” (PRIMO, 2008, p. 64).

As novas tecnologias e suas ferramentas de comunicação e interação fornecem aos feminismos a possibilidade de criação e ampliação de narrativas contestadoras do discurso dominante. Tais narrativas potencializaram o surgimento de múltiplas e infinitas subjetividades

(LE MOS, 2009). Nesse mesmo cenário, assumem papéis centrais estratégias como “a produção de imagens, a guerrilha da comunicação, as inter-relações entre arte e política, [...] como possibilidades de reinventar as identidades por meio das novas tecnologias” (GARCIA, 2015b, p. 55).

Pesquisadoras como Collins e Bilge (2016), Jónsson (2013), Ferreira (2015), Natansohn (2013) e Steele (2016) afirmam, sobre o impacto das TICs no pensar e fazer de feministas negras, que estas encontram nas ferramentas *on-line* um espaço possível de manifestação, articulação e visibilidade, diferentemente do que ocorre com os meios tradicionais de comunicação, geralmente interditados a esse mesmo grupo (conforme exemplificado através da epígrafe que inicia esse texto).

Os *blogs*, as redes sociais e a descentralização da produção de conteúdos promovida pela web 2.0 abriram uma via de contestação ao racismo epistêmico e a ausência de representações positivas de negros e negras na mídia. A negatização da população negra na grande mídia pela ausência ou representações pejorativas impacta nas subjetividades e na autoestima dos cidadãos afro-brasileiros pela veiculação de estereótipos e discursos que deformam e marcam negativamente mulheres, negros, corpos e sexualidades dissonantes (MALTA; OLIVEIRA, 2016).

Ao mobilizarem reflexões acerca de assuntos como racismo, machismo (além de outros como lesbofobia, transfobia, gordofobia), a partir de experiências pessoais, situações cotidianas, casos midiáticos e tendo por base a produção de acadêmicas negras brasileiras e estadunidenses, as mulheres negras que utilizam as ferramentas da internet como meio de atuação têm desenvolvido uma produção que confronta as bases epistemológicas de orientação etnocêntrica, constituindo contranarrativas ao discurso hegemônico que invisibiliza e silencia a experiência negra e feminina. Essa produção, pautada principalmente em narrativas próprias, tem “ganhado um alcance imensurável e formado uma rede de informações e compartilhamentos sobre tais histórias” (MALTA; OLIVEIRA, 2016, p. 57).

Cabe esclarecer que ao usar o termo “redes sociais” me refiro a *sites* como Facebook, Twitter, Youtube e similares. Ellison e Boyd (2013, p. 158 apud RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015, p. 26) definem esses *sites* como

[...] uma plataforma de comunicação em rede na qual os participantes 1) possuem perfis de identificação única que consistem em conteúdos produzidos pelo usuário, conteúdos fornecidos por outros usuários, e/ou dados fornecidos pelo sistema; e) podem ser vistas e cruzadas por outros; e 3) podem consumir; produzir e/ou interagir com fluxos de conteúdo gerado por usuários fornecidos por suas conexões no site.

As redes sociais, na internet, segundo Recuero *et al.* (2015), constituem uma estrutura mais ampla que incorpora também os *sites* de rede social sem se limitar a eles.

As redes sociais são metáforas para a estrutura dos agrupamentos sociais. Elas são constituídas pelas relações entre os indivíduos e vão servir como estrutura fundamental para a sociedade. [...] As chamadas “redes sociais” na Internet são traduções das redes sociais dos espaços off-line dos indivíduos, de suas conexões sociais. No espaço on-line, essas redes

sociais são demarcadas não somente pelos rastros deixados pelos atores sociais e pelas produções, mas também pelas suas representações. [...] Essas redes são representadas, principalmente, através dos sites de rede social e de outras ferramentas que permitiram sua apropriação desse modo (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015, p. 23).

Nas redes sociais, multiplicam-se, por exemplo, textos, imagens e tutoriais que valorizam uma estética negra através do incentivo ao abandono do alisamento dos cabelos, maquiagem para peles negras, vestuário que tem inspiração na cultura africana e mesmo o surgimento e ampliação de espaços de lazer e cultura voltados especificamente para a juventude negra.

Desde o início dos anos 2010 se disseminou via redes sociais um movimento de valorização do cabelo crespo natural. Uma busca numa das redes sociais mais utilizadas pelo brasileiro, o Facebook, revela a existência de vários grupos dedicados a trocar dicas de produtos, cortes, coloração e penteados para a realização do processo de transição capilar e manutenção do cabelo crespo. (LIMA, 2017, p. 32).

Esse movimento é marcado por posicionamentos políticos quanto a outro lugar que a população negra almeja na sociedade brasileira, um lugar que não esteja fundado na subalternidade. Como exemplo, temos a realização da Marcha do Empoderamento Crespo³ realizada em várias cidades brasileiras, cuja mobilização foi toda articulada via redes sociais. A marcha tinha como mote uma discussão antirracista via estética negra (MALTA; OLIVEIRA, 2016).

A afirmação do cabelo crespo, protagonizada pelas mulheres negras por meio de *blogs* e redes sociais, foi rapidamente absorvida pelo mercado de produtos cosméticos. Sodré (2015) vê com reservas essa movimentação em torno do cabelo e interpreta o discurso da mídia negra contemporânea como algo “mais estético do que político, doutrinário ou ético”. O autor classifica esse fenômeno como uma “obsessão contemporânea” e avalia que o “cabelo parece constituir uma espécie de índice semiótico da revalorização identitária” (SODRÉ, 2015, p. 288-289).

Através das ferramentas fornecidas pela internet, as feministas negras também retomaram demandas e reanimaram campanhas criadas pelo Movimento Negro Unificado nos anos 1980, como a campanha *Reaja ou será morto, Reaja ou será morta*, que denuncia a violência policial e o genocídio da juventude negra.

[...] através das redes sociais, os discursos e narrativas desse segmento têm saído da invisibilidade, ganhado notoriedade entre os mais diversos públicos, e com isso tornado visíveis as suas demandas relacionadas ao combate ao racismo e ao machismo cotidiano. (MALTA; OLIVEIRA, 2016, p. 60).

Por meio das plataformas digitais, as mulheres negras têm conseguido maior atenção da grande mídia às questões raciais e de gênero. Para mencionar um exemplo recente, em 2017,

³ Marcha do Empoderamento Crespo: ver página do coletivo sob o mesmo nome no Facebook. Trata-se de um coletivo de Salvador - BA, dedicado a promover ações de valorização do cabelo crespo e enfrentamento ao racismo. Há coletivos similares em outras regiões do Brasil como “Manifesto Crespo” e “Coletivo Encrespa” de São Paulo e o “Meninas Black Power” do Rio de Janeiro.

nos deparamos com a mudança na vinheta da Globeleza, que trouxe uma mulher negra mais “coberta” e acompanhada de outros dançarinos que apresentaram distintos ritmos carnavalescos brasileiros, tirando finalmente o foco do corpo da mulher negra. A mudança foi bem recebida pelas feministas em geral, mas especialmente pelas feministas negras que há muito criticavam a excessiva exposição do corpo feminino negro, marcado na vinheta como um corpo-sexo. Multiplicaram-se as capas de revistas com modelos e atrizes negras, bem como a presença de mulheres negras influentes nas redes sociais em programas televisivos como o *Encontro com Fátima Bernardes*, da Rede Globo de Televisão.

A recém-conquistada visibilidade proporcionada, sobretudo, pelas redes sociais⁴, a partir do fenômeno da *Primavera Feminista*⁵, promoveu a emergência de figuras tidas como “influenciadoras digitais” que viriam a se tornar referências nas discussões sobre feminismo dentro e fora das redes (TEIXEIRA; ZANINI; MENESES, 2017).

Embora, conforme Sodré (2015), os profissionais da notícia funcionem como um grupo técnico de imagina o que absorve, reelabora e retransmite um imaginário coletivo racista compatível com a conforma o ideológica das elites políticas, econ micas e culturais, não foi possível ignorar essa moviment o e inúmeras matérias e programas de televisão se valeram das “influenciadoras” para atrair para a televisão o público da internet e apresentar os assuntos discutidos nas redes sociais a um público que não está necessariamente presente nelas.

Autoras como Malta e Oliveira (2016) e Maciel e Rios (2018) concordam que a mobiliza o de feministas negras na *web*, se deve, ainda,   maior presença da popula o negra nas universidades e ao desejo desse grupo, que teve acesso ao ensino superior, de narrar a história a partir de uma perspectiva própria.

Outra característica marcante das negras jovens feministas   o seu vínculo com as universidades privadas e públicas do Brasil, onde formam parte de seu público e onde está a base social da sua atua o. Assim, em certa medida, sua emergência também pode ser explicada pelo processo de democratiza o do acesso ao ensino superior, que alterou o perfil do

⁴ Uma matéria da jornalista Mariana Diniz, na Agência EBC, em 8 de março de 2016, revela que “de janeiro de 2014 a outubro de 2015, o número de buscas pelo termo ‘feminismo’ no Google aumentou em 86,7% no Brasil – passando de 8.100 para 90.500 buscas” (DINIZ, 2016).

⁵ *Primavera feminista* foi como ficou conhecida a série de campanhas ocorridas nas redes sociais em 2015, influenciadas pela Marcha das Vadias, em 2011; as Jornadas de Junho, em 2013; os atos contra Eduardo Cunha e a Marcha Nacional das Mulheres Negras, em 2015 (TADINI, 2016). Em outubro de 2015, um popular programa culinário de televisão que trazia competidores infantis protagonizou uma pol mica no Twitter: homens adultos faziam comentários sexuais sobre uma participante de apenas 12 anos. Os tuítes carregados de insinua es de estupro e pedofilia geraram revolta e inspiraram o coletivo feminista Think Olga a desenvolver a campanha #MeuPrimeiroAss dio. Por meio da *hashtag*, milhares de mulheres compartilharam denúncias de assédio e estupro vivenciados desde a primeira infância. Iniciada no Twitter, a campanha ganhou outras redes sociais como o Facebook e promoveu um largo debate sobre as situa es de violência que resultam do machismo (TEIXEIRA; ZANINI; MENESES, 2017). No mês seguinte, o coletivo feminista *Não me Kahlo* protagonizou uma nova campanha que se disseminou pelas redes sociais, a #meuamigosecreto. A *hashtag* foi criada em novembro de 2015 a partir da publica o de um microrrelato no Facebook do coletivo *Não me Kahlo* com o uso da expressão “meu amigo secreto” em referência   tradicional brincadeira de fim de ano. O objetivo era chamar aten o para o machismo cotidiano de pessoas próximas, de modo a se contrapor   ideia de que os agressores são sempre desconhecidos. Do Twitter a iniciativa foi para o Facebook, e, após a primeira postagem, seguiram-se milhares. A #meuamigosecreto recebeu a adesão maciça de mulheres que compartilharam relatos de abusos vividos por si mesmas ou por amigas, familiares, vizinhas.

quadro discente, particularmente após a implementação das cotas raciais nas instituições públicas e das bolsas para ingresso e manutenção nas instituições privadas. (MACIEL; RIOS, 2018, s/p.).

Embora, nos anos 1980, já tenhamos um cenário de ativistas negras acessando o ensino superior, como é o caso de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, trata-se de uma realidade que difere substancialmente do fenômeno recente pelo número expressivo (em comparação com as décadas anteriores) de estudantes negros que chegam à universidade a partir de 2005 por meio de políticas públicas como o ProUni (Programa Universidade para Todos) e a implementação de cotas raciais em universidades públicas federais (ALMEIDA, 2017).

Paralelamente à ampliação do acesso de estudantes negros ao ensino superior, ocorreu a expansão do uso da internet por meio de computadores pessoais e *smartphones*. Segundo o IBGE (2016), a maior utilização da internet se relaciona diretamente com os índices de escolarização. Entre a população com 15 anos ou mais de estudo, o que equivale ao ensino superior, o percentual de uso da internet é de aproximadamente 90%.

Spyer (2017), ao analisar o uso da internet por pessoas de baixa renda no Brasil, faz uma observação interessante quando relaciona o aprimoramento da alfabetização como uma consequência inesperada do uso das mídias sociais. De acordo com o autor, a educação é “um elemento de distinção nas mídias sociais”, o que leva, especialmente os usuários mais jovens, a se sentirem pressionados a escrever corretamente e a “ter vergonha de parentes adultos que não valorizam a educação” (SPYER, 2017, p. 193 e 71).

O antropólogo argumenta que o crescente interesse da população de baixa renda pelas TICs guarda um atributo de prestígio. Possuir e saber manusear computadores e *smartphones*, símbolos de modernidade e progresso, significam assumir esses mesmos atributos para si e projetam a percepção de melhor condição socioeconômica e formação educacional (SPYER, 2017).

Então, se olharmos para o simbolismo associado às mídias sociais, diz respeito à demonstração de realização econômica – e, em alguns casos, distinção de classes socioeconômicas – que é frequentemente acompanhada pela adoção do cristianismo evangélico, pela escolha de unidades familiares nucleares e pelo investimento em educação. No entanto, as práticas relacionadas às mídias sociais são predominantemente uma extensão das formas de comunicação que existiam antes da chegada da mídia digital (SPYER, 2017, p. 197).

A expansão do acesso da população de baixa renda à internet teria se dado a partir de meados dos anos 2000, período de relativo aquecimento econômico que aumentou o poder de consumo e o acesso ao crédito pelos setores mais pobres e mesmo período em que ocorreu a ampliação e diversificação da conectividade comercial e a popularização do Orkut no Brasil. Com essas possibilidades em mãos, muitas famílias adquiriram seus próprios computadores (substituindo aos poucos o uso das Lan Houses) e encontraram formas alternativas de conexão como a banda larga transmitida por sinais de rádio. O barateamento dos *smartphones* combinado

com a popularização de ferramentas como o Facebook e o WhatsApp, oferecidos gratuitamente nos planos de dados das operadoras, ampliaram consideravelmente o acesso das camadas mais pobres da população à internet (SPYER, 2017).

Infelizmente ainda não existem dados precisos sobre o acesso da população negra às tecnologias e às ferramentas fornecidas pela internet, tampouco sobre seus hábitos de uso. Sobre exclusão digital a pesquisa *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* (SIS), de 2016, produzida pelo IBGE, revela que 60,8% da população classificada como preta e parda não tinha acesso à internet em seu domicílio no ano de 2013. A SIS publicada em 2017 fez a divisão por sexo e raça, onde se constatou que 37,3% das mulheres pretas e pardas e 39,1% dos homens pretos e pardos não tinham acesso à internet, contra 24,5% das mulheres brancas e 24,7% dos homens brancos. Pesquisas como a *PNAD – Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal ou a TIC domicílios* não fazem recorte de raça.

De acordo com Malta e Oliveira (2016), a ampliação da população negra no ensino superior fortaleceu o desejo dessa camada populacional em se ver representada positivamente em narrativas e espaços onde ainda hoje são invisíveis, como a história oficial, a mídia, os lugares legitimados de produção do conhecimento etc. A internet e suas ferramentas de produção de conteúdo, portanto, se tornaram um meio acessível para que negros e negras atuassem na reivindicação do protagonismo de suas próprias histórias.

[...] milhares de mulheres negras, principalmente jovens, têm utilizado as plataformas digitais para narrar histórias sobre a presença do racismo e do machismo em suas vidas: são blogs, sites, twitter, canais de youtube e páginas de facebook que têm ganhado um alcance imensurável e formado uma rede de informações e compartilhamentos sobre tais histórias. (MALTA; OLIVEIRA, 2016, p. 57).

Steele (2016), ao analisar blogs escritos por mulheres negras, afirma que grupos excluídos do discurso público sempre buscaram meios alternativos para se envolver na sociedade democrática. Dessa forma, as novas mídias *on-line* se tornaram um importante espaço de atuação para tais grupos. A autora defende a necessidade de pesquisas que aprofundem as análises sobre o uso que indivíduos oriundos de grupos minoritários, como as mulheres negras, fazem das mídias *on-line* como espaço político.

Por tratar-se de uma produção que se opõe à ideologia dominante, ao focalizar as experiências e pontos de vista de indivíduos subalternizados, Steele (2016, p. 75) afirma que mesmo os *blogs* que não se definem como de natureza política podem ser lidos a partir da perspectiva de uma atuação política, e “[...] neste contexto, uma comunidade pode reunir-se e discutir e desafiar a opressão, tanto através da escrita como através da sua existência fora do controle da mídia popular”.

Através de *blogs* e redes sociais, as mulheres negras não apenas narram suas experiências com o racismo e o machismo, mas também contestam o “cenário político, organizações e instituições sociais”. Steele (2016, p. 74) considera que “o ativismo por parte das blogueiras

é revolucionário porque cria novos espaços de oposição que transformam a vida cotidiana e o discurso”.

Segundo Steele (2016, p. 79 e 80) as mídias on-line fornecem um meio pelo qual as mulheres negras podem contestar livremente o discurso dominante e, dessa forma, rejeitar “as rotulações negativas e as representações opressivas”, oportunizando, por meio de narrativas em primeira pessoa e estratégias retóricas, que tanto autoras quanto leitores “criem e articulem significado para si mesmos, fora das restrições da grande mídia”.

Recorrendo a autoras como Audre Lorde e Alice Walker, Steele (2016, p. 90) defende que os escritos das blogueiras negras sejam considerados “parte do legado histórico das escritoras negras marginalizadas” e classifica a atuação das mulheres negras em ambiente *on-line* como “agente de inovação em novo contexto de mídia” por utilizarem a blogosfera e outras ferramentas *on-line* para discutirem “sistemas e estruturas das quais são excluídas ou exploradas”.

Na última década, os feminismos em atuação na internet contribuíram com o debate sobre interseccionalidade, dando novo fôlego ao conceito que em linhas gerais podemos definir como a articulação entre diferentes marcadores sociais, tais como raça, gênero, sexualidade, classe, que produz circunstâncias específicas que marcam a experiência dos indivíduos. É comum situar o surgimento do conceito em fins dos anos 1980 como fruto das reivindicações feitas por mulheres negras, lésbicas e do terceiro mundo em consonância com as novas leituras críticas sobre gênero que deram origem à incorporação das diferenças nos movimentos feministas. Interseccionalidade emerge como resposta à rejeição da categoria *mulher* e à prevalência de um discurso hegemônico que privilegiava a imagem de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média alta como referência para o projeto feminista, e que, simultaneamente, invisibilizava mulheres negras, indígenas, lésbicas, pobres e não ocidentais (PISCITELLI, 2008).

O debate sobre interseccionalidade em ambiente digital é ainda pouco explorado entre teóricos que discutem o conceito. Um dos poucos trabalhos a abordar esse aspecto é o livro de Collins e Bilge (2016), intitulado *Intersectionality*. Nele, as autoras destacam a notável presença do conceito de interseccionalidade nas esferas digitais, principalmente nas plataformas de mídia social onde é possível produzir conteúdo. Ao observarem *blogs* escritos por mulheres negras, as autoras concluem que é possível notar a vitalidade e relevância da interseccionalidade como uma forma de investigação crítica e de ferramenta emancipatória em projetos de justiça social. Entretanto, como apontam, têm crescido as críticas à interseccionalidade por certos nichos feministas, especialmente o de mulheres brancas, que alegam se tratar de um conceito não democrático, já que estaria pautado na garantia de privilégios a determinados grupos de mulheres dentro do movimento feminista. As feministas que fazem tais críticas sugerem que se abandone a interseccionalidade como forma de se fazer avançar o movimento feminista como um todo.

Pesquisadores que trabalham com a perspectiva interseccional, como Collins e Bilge, discordam dessa premissa de que o conceito não é democrático. Pelo contrário, acreditam que as análises interseccionais desempenham um papel essencial no desenho de políticas públicas e no impulso a transformações intelectuais mais consistentes (REISZ, 2016). Collins e Bilge (2016) afirmam ainda que a internet mudou o perfil do feminismo, que conta hoje com forte presença

de mulheres jovens, inclusive adolescentes. Há também a coletânea *The intersectional internet: race, sex, class, and culture online*, organizada por Safiya Ummoja Noble e Brendesha M. Tynes, que reúne um conjunto de textos cujos autores abordam temas como blogs de fofoca escritos por mulheres negras, as ações de hashtags como #BlacksLiveMatter e outros.

Segundo Jónsson (2013), as mídias digitais mudaram completamente o feminismo em vários sentidos, incluindo seu alcance, apresentação e público leitor que pode acessar discussões que, na era pré-internet, estavam limitadas a grupos específicos. Nessa esteira, a ampliação da presença de feministas negras na internet ampliou os debates sobre interseccionalidade, especialmente em *blogs* escritos por mulheres negras (COLLINS; BILGE, 2016). Já Daniels (2016, p. 51) afirma que “o ativismo digital é o avanço mais importante do feminismo em 50 anos”. Jónsson (2013) conjectura que o feminismo on-line pode ter inaugurado a 4ª onda do feminismo, pois, ao ganhar as redes digitais, ele se popularizou e se diversificou de forma inédita, abrangendo grupos e temáticas até então pouco tratadas pelo feminismo como a situação das mulheres transexuais.

As mulheres negras autodenominadas feministas buscam na internet não apenas um espaço de compartilhamento e troca, mas principalmente um espaço que possibilite formas de participação e intervenção nas agendas políticas da sociedade. Um espaço de participação e visibilidade que grupos minoritários nem sempre conseguem por vias tradicionais.

3 Considerações finais

Embora nas redes sociais o feminismo negro tenha ares de novidade e pouco se discuta ou se apresente sua trajetória, o fato é que se trata de um movimento que no Brasil já conta com quatro décadas de história, produção teórica já bastante sólida e nomes que se tornaram referência na cena da luta antirracista, como Luiza Bairros, Nilma Lino Gomes e Sueli Carneiro, as duas primeiras ex-ministras da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

A internet e suas ferramentas, como os blogs e as redes sociais, abriram um novo campo de ação para diversos segmentos sociais que tinham pouco ou nenhum acesso aos meios de comunicação tradicionais e seus discursos não alcançavam relevância nos debates da esfera pública.

A entrada no mundo digital, seja por meio das redes sociais ou por meio dos blogs, vem possibilitando que ciberativistas negras utilizem o ambiente virtual como um espaço repleto de possibilidades de gerar, compartilhar e dar visibilidade às suas próprias narrativas. Mulheres negras, lésbicas, transexuais têm feito uso regular das narrativas contra hegemônicas no intuito de ampliar seu acesso a direitos e oportunidades, modificar a imagem estereotipada que a sociedade brasileira tem desses grupos e favorecer, dessa forma, condições para uma vida mais digna. Esses discursos são ainda fundamentais na reorganização da própria subjetividade por apresentarem de forma positiva e potente as vivências de indivíduos subalternizados.

Desde o surgimento da internet e a partir da Web 2.0 o território virtual se constituiu num espaço privilegiado para o desenvolvimento, articulação e disseminação dessas contranarrativas,

dada a possibilidade de criação e veiculação direta de conteúdo sem a necessidade de um intermediário.

Apesar de apresentar um ponto de vista positivado sobre a internet como campo de ação dos grupos subalternizado é notório o crescimento de grupos de ódio que investem contra os blogs e páginas feministas (antirracistas, pró-lgbtqi, de direitos humanos) em ações organizadas que se constituem em verdadeira guerrilha virtual. São ainda desafios dos feminismos na web a limitação de acesso à internet e a insuficiência de escolarização e letramento digital, numa perspectiva interseccional ou de articulação de diferenças sociais. Dessa forma, devemos considerar além de raça e gênero, classe, escolarização e região na análise sobre os feminismos na internet.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Wilson Mesquita. ProUni e o acesso de estudantes negros ao ensino superior. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 12, n. 23, jan./abr. 2017.

AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra (org.). *Blogs.com: Estudos sobre blogs e comunicação*. São Paulo: Momento editorial, 2009.

BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BRAZIL, Érico Vital; SCHUMAHER, Schuma (org.). *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

CALDWELL, Kia Lilly. A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil. *Revista ABPN*, v. 1, n. 1, mar./jun. 2010. Disponível em: www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/download/304/282. Acesso em: 13 jun. 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003a.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *Revista Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, set./dez., 2003b.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. E-book. Toronto: Wiley, 2016.

COSTA, Carmen C. Lustosa. *A Secretaria*, 20 jul. 2017. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/a-secretaria>. Acesso em: 15 jun. 2018.

DINIZ, Maiana. Com internet, feminismo está em alta entre as jovens, diz especialista. In: AGÊNCIA Brasil. Brasília, 08 mar. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/com-Internet-feminismo-esta-em-alta-entre-jovens-diz-especialista>. Acesso em: 16 abr. 2018.

DOMINGUES, Petrônio. Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e anti-racismo no Brasil. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina (org.). *Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

FERREIRA, Carolina Branco C. Feminismos Web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *Cadernos Pagu*, n. 44, p. 199-228, jan./jun. 2015.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Ed. Claridade, 2015a.

GARCIA, Carla Cristina. Os novos feminismos e os desafios para o século 21. *Revista Cult*, n. 199, p. 52-55, 2015b. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/03/os-novos-feminismos-e-os-desafios-para-o-seculo-21/>. Acesso em: 21 set. 2015.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RODRIGUES, Carla, RAMOS, Tânia, BORGES, Luciana (org.). *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1946-1988)*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

JÓNSSON, Ragnar. Is the 4th Wave of Feminism Digital? *Bluestockings Magazine*, 19 ago 2013. Disponível em: <http://bluestockingsmag.com/2013/08/19/is-the-4th-wave-of-feminism-digital/>. Acesso em: 30 nov. 2017.

LE MOS, Marina Gazire. *Ciberfeminismo: novos discursos do feminismo em redes eletrônicas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

LIMA, Dulcilei da Conceição. *Desvendando Luíza Mahin: um mito libertário no cerne do Feminismo Negro*. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

LIMA, Dulcilei da Conceição. Tá na cabeça! Tá na web. Significados simbólicos e historicidade do uso do turbante no Brasil. *Revista D'Obras em nuvens*, v. 10, n. 22, nov. 2017. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/viewFile/633/462>. Acesso em: 15 jun. 2018.

Conexão Política, Teresina v. 8, n. 1, 49 – 70, jan./jun. 2019

MACIEL, Regimeire; RIOS, Flavia. Feminismo Negro em três tempos. *Revista Labrys*, jul. 2017/jun. 2018. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm>. Acesso em: 15 maio 2018.

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. *Revista Gênero*, Dossiê Mulheres Negras: experiências, vivências e ativismos, Niterói, v. 16, n. 2, p. 55-69, 1º sem. 2016. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/811>. Acesso em: 5 fev. 2017.

MANIFESTO da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a violência e pelo Bem Viver. In: GELEDÉS. 27 jul. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/manifesto-da-marcha-das-mulheres-negras-2015-contra-o-racismo-e-violencia-e-pelo-bem-viver/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06>. Acesso em 13 out. 2017.

MOREIRA, Núbia Regina. *O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e em São Paulo*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

NATANSOHN, Graciela. O que tem a ver as tecnologias digitais com o gênero? In: NATANSOHN, Graciela (org.). *Internet em código feminino: teorias e práticas*. Buenos Aires: La Crujía ediciones, 2013.

PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina (org.). *O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

PRIMO, Alex. Fases do desenvolvimento tecnológico e suas implicações nas formas de ser, conhecer, comunicar e produzir em sociedade. In: PRETTO, Nelson De Luca; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). *Além das redes de colaboração: Internet, diversidade cultural e tecnologias do poder*. [online]. Salvador: EDUFBA, 2008.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela (org.). *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

REISZ, Matthew. Intersectionality: “the most exciting theory in the world”. *The World University Rankins*, Zürich, Switzerland, 19 maio 2016. Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/news/intersectionality-most-exciting-theory-world>. Acesso em: 10 out. 2017.

RIOS, Flavia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. In: BLAY, Eva; AVELAR, Lucia (ed.). *50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Edusp, 2017.

RIBEIRO, Djamila. Por que o ativismo das mulheres negras incomoda tanto? [Entrevista cedida a] OLIVEIRA, Regiane. El País, 10 dez. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/09/politica/1481308817_062038.html. Acesso em: 14 ago. 2019.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2015.

SPYER, Juliano. *Social Media in Emergent Brazil*. London: UCL PRESS/University College London, 2017.

STEELE, Catherine K. Signifying, bitching and blogging: black women and resistance discourse online. In: NOBLE, Safiya Umoja; TYNES, Brendesha M. *The intersectional internet: race, class, and culture online*. New York: Peter Lang Publishing, 2016.

TEIXEIRA, Ana Claudia; ZANINI, Débora; MENESES, Larissa. O fazer político nas mídias sociais: aproximações teóricas sobre ação coletiva em rede. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41. *Anais eletrônicos [...]*. Caxambu, 2017. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt02-25/11055-o-fazer-politico-nas-midias-sociais-aproximacoes-teoricas-sobre-acao-coletiva-em-rede-1/file>. Acesso em: 15 jun.2018.